

Comunicado CEAF-ESMP nº 40/2023 – Setor Acadêmico - Núcleo de Pós-Graduação

15º Curso de Especialização em Interesses Difusos e Coletivos

A Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público de São Paulo comunica aos Membros do Ministério Público e demais Bacharéis em Direito, a realização do **15º Curso de Especialização em Interesses Difusos e Coletivos**, Pós-Graduação *lato sensu*, devidamente aprovado pelo Conselho Estadual de Educação com o reconhecimento do título de especialista em âmbito nacional.

CEAF-ESMP credenciado junto ao Conselho Estadual de Educação, conforme Portaria CEE-GP nº 168 de 28 de março de 2022, publicada no DOE em 29/03/2022

Plano do Curso

Objetivos

O Curso de Especialização em Interesses Difusos e Coletivos tem por finalidade o aprofundamento técnico e prático indispensável à atuação profissional voltada para este segmento do conhecimento jurídico.

Trata-se de curso com ênfase em temas contemporâneos, de acordo com as linhas de pesquisa da Escola Superior do Ministério Público, em área que desperta grande interesse da comunidade jurídica, voltado especialmente a profissionais que já atuam nesse cenário e que buscam maior grau de especialização em disciplinas afetas à Tutela dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos.

Destinado a membros, servidores do Ministério Público com bacharelado em Direito, advogados, defensores públicos, magistrados e demais operadores do Direito, assim como candidatos aos principais concursos públicos do país, o curso apresenta os seguintes objetivos:

- 1- Formar especialistas em Direitos e Interesses Difusos e Coletivos capazes de atender as novas exigências sociais e jurídicas, com uma compreensão isenta, cientificamente moderna, democrática e social dos temas mais relevantes que surgem nesse contexto.
- 2 - Formar especialistas atualizados com as recentes alterações legislativas na área da Tutela dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos, com a complementação de novos conhecimentos que despertem a visão crítica.
- 3- Fornecer subsídios técnicos e jurídicos voltados ao Ensino Superior nas áreas ligadas à Tutela dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos.
- 4 - Estimular a pesquisa na área de Tutela dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos para a adoção de ações inovadoras que agilizem e aperfeiçoem os mecanismos judiciais.

Estrutura do Curso

O 15º Curso de Especialização em Interesses Difusos e Coletivos será ministrado, presencialmente, nas dependências do CEAF-ESMP, situado Rua Riachuelo nº 115, 5º andar, Bairro da Sé.

A carga horária de 360 horas de aulas presenciais, composta de forma modulada, acrescido de 82h à distância e 8h de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, totalizando 450h com os seguintes módulos:

Módulo I – Interesses Difusos e Coletivos – Parte Geral - 32h presenciais

Módulo II – Interesses Difusos e Coletivos – Parte Especial - 200h presenciais

Submódulo 1 – Direito do Consumidor - 32h

Submódulo 2 – Direito da Infância e da Juventude - 32h

Submódulo 3 – Meio Ambiente, Habitação E Urbanismo - 52h

Submódulo 4 – Improbidade Administrativa - 28h

Submódulo 5 – Direito à Saúde - 16h

Submódulo 6 – Direito à Educação 16h

Submódulo 7 – Direitos Humanos 24h

Módulo III – Inquérito Civil E Ação Civil Pública - 64h presenciais

Módulo IV – Metodologia e Didática do Ensino Superior – 64h presenciais

Atividades em EAD – 82h distribuídas no decorrer do curso

Temas complementares relacionados ao conteúdo programático dos módulos

Orientação de Trabalho de Conclusão Do Curso - 8h

Quatro encontros de 2h a serem agendados após o término das aulas presenciais.

A coordenação das atividades administrativas e acadêmicas da Escola, incluídas entre elas a formulação e a observância da grade curricular e dos respectivos programas, caberá a dois coordenadores gerais, nomeados pelo diretor da Escola. Estes coordenadores serão auxiliados por assessores do Ministério Público do Estado de São Paulo, com formação superior, responsáveis pelo planejamento, organização, acompanhamento e avaliação das atividades pedagógicas e por um assessor do Ministério Público do Estado de São Paulo, com formação superior, responsável pelo acompanhamento financeiro.

O Curso de Especialização será ministrado às **terças e quintas-feiras**, das **18:30 às 22h30**, constituindo-se de aulas de 04 (quatro) horas. Se houver necessidade de reposição de aulas, ficará a critério da Direção do CEAF-ESMP a designação de outro dia da semana.

Avaliação

A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

A avaliação do aproveitamento deverá incidir sobre o desempenho do aluno nas diversas experiências de aprendizagem, levando-se em conta os objetivos gerais e específicos previstos para o curso.

As avaliações serão expressas em notas graduadas na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), considerando-se os 0,5 (cinco décimos).

Todos os módulos que integram o Curso de Pós-graduação serão compostos de grandes temas, além de alguns específicos de metodologia e didática de ensino.

Para cada tema, haverá indicação de material de leitura disponibilizado no Portal do Aluno (ambiente de apoio) que permitirá a realização de aferição de leitura e elaboração de trabalhos práticos que comporão em 30% a nota de cada módulo.

A avaliação do aproveitamento escolar será realizada:

I - Média final igual ou superior a 7,0 (sete) no respectivo módulo;

II - Frequência de 75%, no mínimo, da carga horária prevista em cada módulo;

Para a obtenção do título de especialista, o aluno deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - Média final igual ou superior a 7,0 (sete) em cada módulo;

II - Frequência de 75%, no mínimo, da carga horária prevista em cada módulo;

III - elaboração de um trabalho de conclusão de curso que receba, no mínimo, a nota 7,0 (sete).

O aluno será considerado aprovado se obtiver média de avaliação final igual ou superior a 7,0 (sete), ante a somatória das notas de todas as provas e divisão pelo número de avaliações, e 75% (setenta e cinco), pelo menos, de frequência (art. 57, caput, do Regimento Interno da ESMP, e art. 6º da Deliberação nº 108/2011 do CEE). A média de cada bimestre será calculada pela realização dos trabalhos práticos (30%) e por uma avaliação teórica (70%), além da assiduidade mínima indicada.

Ao final do Curso, o aluno apresentará um trabalho de conclusão de curso sobre tema pertinente à área dos Interesses Difusos e Coletivos, observando-se rigorosamente as seguintes linhas de pesquisa:

- Acessibilidade
- Bullying e violência escolar
- Combate à corrupção e aplicação da Lei de Improbidade Administrativa
- Combate à discriminação racial e de gênero
- Compromisso de ajustamento de conduta
- Contratos de adesão e controle de cláusulas abusivas
- Controle de poluição
- Direito de moradia
- Direito à saúde
- Direitos fundamentais da pessoa com deficiência
- Educação inclusiva
- Estudo de Impacto de Vizinhança
- Inquérito civil
- Implementação dos Direitos Sociais
- Justiça Resolutiva e a tutela dos direitos metaindividuais
- Lei Anticorrupção e Acordos de Leniência
- Ministério Público e tutela dos direitos difusos e coletivos
- Mobilidade urbana
- Proteção do idoso
- Proteção integral da criança e do adolescente
- Proteção do patrimônio cultural
- Proteção do patrimônio florestal
- Publicidade comercial
- Regularização fundiária
- Responsabilidade dos profissionais liberais
- Tutela processual coletiva

Cronograma Geral

Período de Inscrições: 23 de novembro de 2023 (a partir das 11h)

Término das Inscrições: ~~18 de fevereiro de 2024~~ **prorrogado até 03/03**

Lista de Aprovados: envio por e-mail após análise curricular

Período de Matrícula: ~~19 a 23 fevereiro de 2024~~ **Imediata, após análise curricular**

Os inscritos receberão todas as informações pelo e-mail cadastrado no Processo de Inscrição.

Início das aulas 1º semestre do curso: 12 de março de 2024

Término das aulas 1º semestre do curso: 27 de junho de 2024

Férias escolares: 01 de julho a 02 de agosto de 2024

Início das aulas 2º semestre do curso: 06 de agosto de 2024

Término das aulas 2º semestre do curso: 05 de dezembro de 2024

Férias escolares: 10 de dezembro de 2024 a 13 de fevereiro de 2025

Início das aulas 3º semestre do curso: 18 de fevereiro de 2025

Término das aulas 3º semestre do curso: 24 de junho de 2025

Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC: agosto/setembro/outubro/novembro de 2025

Entrega do Trabalho de Conclusão de Curso TCC: 12 de dezembro de 2025

Corpo Docente

O curso contará, eventualmente, com professores visitantes, nacionais ou internacionais, notórios por sua especialização, saber técnico ou científico ou, ainda, por se destacarem no desenvolvimento de trabalhos e pesquisas relativas à área do Direito Processual Civil.

Tais professores serão convidados na qualidade de expositores ou debatedores, sempre sob a responsabilidade dos professores coordenadores ou da direção do CEAFF-ESMP.

Professores

Adriano Andrade de Souza - <http://lattes.cnpq.br/9058095111256538>

Alexandra Faccioli Martins - <http://lattes.cnpq.br/5899831398099618>

Alexandre Alberto de Azevedo Magalhães Júnior - <http://lattes.cnpq.br/7353632286655513>

Aline Jurca Zavaglia - <http://lattes.cnpq.br/2638383106439471>

Ana Maria Moreira Marchesan - <http://lattes.cnpq.br/5285825227560977>
André Luiz dos Santos – Mestre em Direito Constitucional
André Luiz Nogueira da Cunha - <http://lattes.cnpq.br/9026707958599341>
Angélica Ramos de Frias Sigollo <http://lattes.cnpq.br/0279031284087959>
Annelise Monteiro Steigleder - <http://lattes.cnpq.br/8786840668101249>
Antonio Carlos Marcato - <http://lattes.cnpq.br/8060843039437564>
Antonio Carlos Ozório Nunes - <http://lattes.cnpq.br/0942273552882012>
Arthur Antonio Tavares Moreira Barbosa <http://lattes.cnpq.br/8228673356563118>
Beatriz Lopes de Oliveira – <http://lattes.cnpq.br/5710648513348032>
Carlos Alberto Pereira Leitão Júnior <http://lattes.cnpq.br/6448149810366697>
Claudia Cecília Fedeli – Especialista em Direito Ambiental
Cláudia Maria Beré - <http://lattes.cnpq.br/6652891781305021>
Claudia Maria Lico Habib Tofano – Especialista em DPC
Cristina Godoy de Araújo Freitas - <http://lattes.cnpq.br/6161651620769192>
Daniela Campos Libório - <http://lattes.cnpq.br/7582517839705764>
Dauri de Paula Júnior - Graduado em Direito
Edgard Moreira da Silva - <http://lattes.cnpq.br/0977846643157564>
Edilson Vitorelli Diniz Lima <http://lattes.cnpq.br/0474429509959557>
Eduardo Dias de Souza Ferreira - <http://lattes.cnpq.br/8497057300721560>
Eduardo Ferreira Valério – Graduado em Direito
Eduardo Francisco dos Santos Júnior <http://lattes.cnpq.br/9652881562053082>
Érika Pucci da Costa Leal - <http://lattes.cnpq.br/3874715362581675>
Ernani de Menezes Vilhena Júnior – Especialista em Direito Constitucional
Eudes Quintino de Oliveira Júnior <http://lattes.cnpq.br/4228450684842533>
Eurico Ferraresi <http://lattes.cnpq.br/2611130812295395>
Evelise Pedroso Teixeira Prado Vieira – <http://lattes.cnpq.br/4945940720901015>
Fábio Ramazzini Bechara <http://lattes.cnpq.br/6852406985950434>
Fábio Meneguelo Sakamoto <http://lattes.cnpq.br/2389982117699071>
Fausto Junqueira de Paula - <http://lattes.cnpq.br/4361023374507278>
Felipe Chiarello de Souza Pinto - <http://lattes.cnpq.br/9554142049617388>
Filippe Augusto Vieira de Andrade – Mestre em Direito das Relações Sociais
Fernando Grella Vieira - Graduado em Direito
Fernando Reverendo Vidal Akaoui – <http://lattes.cnpq.br/8706245600453310>

Flávio Eduardo Turessi - <http://lattes.cnpq.br/5898785179672242>
Gianpaolo Poggio Smanio <http://lattes.cnpq.br/9297681530922931>
Gilberto Nonaka - <http://lattes.cnpq.br/3603527217589231>
Giovanni Guido Cerri - <http://lattes.cnpq.br/6974715253258198>
Giuliana Batista Pavanello Especialista
Gregório Assagra de Almeida <http://lattes.cnpq.br/7779346375101280>
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro <http://lattes.cnpq.br/6687308419664444>
Hérico William Alves Destéfani <http://lattes.cnpq.br/7649285884881606>
Hugo Nigro Mazzilli – Professor Emérito do CEA/ESMP <http://lattes.cnpq.br/1211322717873137>
Ivan Carneiro Castanheiro - <http://lattes.cnpq.br/5517841668310182>
Joana Franklin de Araújo <http://lattes.cnpq.br/5678920943833155>
Jorge Radi Junior – <http://lattes.cnpq.br/5825275423367627>
José Antonio Aparecido Júnior - <http://lattes.cnpq.br/9645169834284731>
José Antonio Remedio - <http://lattes.cnpq.br/1121639468800540>
José Carlos de Freitas – Especialista em Interesses Difusos e Coletivos
José Heitor dos Santos Mestre em Direito
José Roberto dos Santos Bedaque - <http://lattes.cnpq.br/4882467055578030>
José Roberto Rochel de Oliveira - <http://lattes.cnpq.br/9543644920788698>
Landolfo Andrade de Souza - <http://lattes.cnpq.br/3279775070042128>
Lélio Ferraz de Siqueira Neto – Especialista em Direito Penal
Letícia Antunes Tavares <http://lattes.cnpq.br/0896722342261817>
Levy Emanuel Magno <http://lattes.cnpq.br/6827636610694462>
Luis Fernando Rocha - <http://lattes.cnpq.br/3371388805846013>
Luiz Alberto David Araujo - <http://lattes.cnpq.br/9804775062781884>
Luiz Antônio de Souza <http://lattes.cnpq.br/8150771674154213>
Luiz Antonio Miguel Ferreira - <http://lattes.cnpq.br/6148761454870458>
Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos - <http://lattes.cnpq.br/4283912834478902>
Marcelo Pedroso Goulart <http://lattes.cnpq.br/3612730067834927>
Marcelo Sciorilli - <http://lattes.cnpq.br/8905091372571498>
Márcio Cammarosano - <http://lattes.cnpq.br/6431640845277526>
Márcio Fernando Elias Rosa <http://lattes.cnpq.br/5331060286064587>
Marco Antonio Zanelatto – Doutor e Mestre em Direito Civil
Marcos Paulo de Souza Miranda - <http://lattes.cnpq.br/9516750160832445>

Marcos Stefani - <http://lattes.cnpq.br/4631938049873342>

Marino Pazzaglini Filho – Especialista em Improbidade Administrativa

Mario Coimbra - <http://lattes.cnpq.br/1200941626735431>

Martha de Toledo Machado - <http://lattes.cnpq.br/3758178112371453>

Melina Ferracini de Moraes <http://lattes.cnpq.br/5006130593125428>

Mirella de Carvalho Bauzys Monteiro - <http://lattes.cnpq.br/2625832596966357>

Motauri Ciocchetti de Souza - <http://lattes.cnpq.br/4622957431726044>

Nelson Nery Júnior - <http://lattes.cnpq.br/9500090190732995>

Nilo Spinola Salgado Filho <http://lattes.cnpq.br/4769928958656527>

Patrícia Faga Iglecias Lemos - <http://lattes.cnpq.br/4040415451574370>

Pedro Bellentani Quintino de Oliveira <http://lattes.cnpq.br/0906775471003427>

Rafael de Oliveira Costa <http://lattes.cnpq.br/4793246077898855>

Ramiro Nóbrega Sant’Ana <http://lattes.cnpq.br/6133353487714403>

Renato Kim Barbosa <http://lattes.cnpq.br/8066180090970901>

Reynaldo Mapelli Junior - <http://lattes.cnpq.br/0689174932873818>

Ricardo de Barros Leonel - <http://lattes.cnpq.br/7161239483817648>

Ricardo Manuel Castro – Especialista em Direito Penal e Criminologia

Robson Alves Ribeiro <http://lattes.cnpq.br/9918345218056177>

Rodolfo de Camargo Mancuso - <http://lattes.cnpq.br/1452124318182176>

Rodrigo de Andrade Figaro Caldeira <http://lattes.cnpq.br/5733257264527446>

Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer - <http://lattes.cnpq.br/0216387809692964>

Roberto Barbosa Alves – <http://lattes.cnpq.br/4197497682682199>

Ronaldo Porto Macedo Júnior - <http://lattes.cnpq.br/7211343265073949>

Ruymar de Lima Nucci - <http://lattes.cnpq.br/5464533727665058>

Sandra Lucia Garcia Massud <http://lattes.cnpq.br/5887912891747765>

Sérgio Seiji Shimura - <http://lattes.cnpq.br/0426275034329432>

Sérgio Turra Sobrane <http://lattes.cnpq.br/4825253264423316>

Sílvia Chakian de Toledo Santos - <http://lattes.cnpq.br/2132000464243526>

Silvio Antonio Marques - <http://lattes.cnpq.br/5260146100426274>

Susana Henriques da Costa <http://lattes.cnpq.br/8381569332022183>

Tatiana Barreto Serra - <http://lattes.cnpq.br/1535026366022829>

Valter Kenji Ishida - <http://lattes.cnpq.br/1653769359120021>

Vidal Serrano Nunes Júnior - <http://lattes.cnpq.br/9200066312423730>

Vladimir Brega Filho - <http://lattes.cnpq.br/9000467259519005>

Wallace Paiva Martins Júnior - <http://lattes.cnpq.br/2125396115714706>

VI - Vagas, Inscrições e Matrícula

Número de Vagas 65 (sessenta e cinco)

Inscrições

Poderão se inscrever no Curso de Especialização os bacharéis em Direito, portadores de diploma ou certificado de conclusão do referido curso.

((NG)) Período de Inscrições

As inscrições serão realizadas no período **23 de novembro de 2023 a 18 de fevereiro de 2024, prorrogado até 03/03/2024** pelo preenchimento do formulário *online* disponível pelo *link*: <https://forms.office.com/r/6t08UGAB3U> **((CL))**

Documentação necessária:

- RG
- CPF
- Diploma de graduação em Direito (frente/verso)
- Histórico Escolar (graduação em Direito)
- 1 Foto 3X4 (emissão de identidade escolar)
- Currículo

A documentação deverá ser encaminhada, durante o período de inscrição, em formato PDF para o e-mail: esmp-secretaria@mpsp.mp.br

EXCLUSIVAMENTE PARA: Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo

Será obrigatório fornecer o e-mail Institucional “mpsp.mp.br” no preenchimento do formulário de inscrição.

Documentação necessária:

- Diploma de graduação em Direito (frente/verso)
- Histórico Escolar (graduação em Direito)
- 1 Foto 3X4 (emissão de identidade escolar)
- Currículo

A documentação deverá ser encaminhada, durante o período de inscrição, em formato PDF para o e-mail: esmp-secretaria@mpsp.mp.br

Processo Seletivo

O Processo Seletivo, será consubstanciado por análise curricular e, se necessário, entrevista pessoal (art. 42 do R.I.), a critério da Coordenação Geral e Coordenadores acadêmicos.

Período de Matrícula

A matrícula será efetivada no período de **19 a 23 fevereiro de 2024** mediante aprovação do currículo. O link referente ao boleto bancário (1ª mensalidade) será encaminhado por e-mail. A efetivação da matrícula se dará somente após o pagamento.

A rematrícula será renovada automaticamente a cada semestre, desde que o aluno não tenha restrições de ordem financeira.

A cada módulo do curso será atribuído um aproveitamento acadêmico, nota superior ou igual a 7,0 e frequência mínima de 75%, e caso o aluno não finalize o Curso de Especialização, poderá solicitar o certificado dos módulos cursados com aproveitamento a título de CURSO DE EXTENSÃO.

Mensalidade

Serão 20 (vinte) mensalidades de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais). A primeira mensalidade relativa ao mês de **fevereiro 2024** deverá ser paga no ato da matrícula, por meio de boleto bancário a ser encaminhado por e-mail cadastrado pelo candidato no formulário de inscrição.

As demais mensalidades terão vencimento no dia 10, dos meses de **abril de 2024 a outubro de 2025** e os respectivos boletos serão encaminhados por e-mail ou estarão disponíveis na plataforma do curso (área do aluno).

Serão concedidas até 19 (dezenove) bolsas de estudos integrais aos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Aos integrantes do MPSP não contemplados pelas bolsas de estudos integrais será concedido desconto no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do curso. Serão 20 (vinte) mensalidades de R\$270,00 (duzentos e setenta reais).

Reforçamos que o e-mail informado deverá ser o institucional “mpsp.mp.br”

Aos Magistrados e Promotores de Justiça de outros Ministérios Públicos e demais Servidores ativos nos âmbitos federal, estadual e municipal com a devida comprovação, será concedido desconto no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do curso. Serão 20 (vinte) mensalidades de R\$270,00 (duzentos e setenta reais).

O comprovante de vínculo institucional para análise e concessão de desconto deverá ser encaminhado para o e-mail: esmp-financeiro@mpsp.mp.br antes do pagamento da matrícula.

Em caso de desistência do curso, o(a) aluno(a) deverá requerer o cancelamento da matrícula por escrito à Diretoria do CEAF-ESMP, respondendo por todas as despesas e mensalidades pendentes até o referido pedido ainda que não tenha frequentado às aulas, incluindo-se ao valor devido das parcelas vencidas até a solicitação de cancelamento da matrícula.

O valor da matrícula cancelada poderá ser restituído, em até 90% (noventa por cento) desde que o(a) aluno(a) não tenha frequentado nenhuma aula ou se beneficiado de serviço prestado pelo CEAF/ESMP.

Importa ressaltar que por se tratar de conta de governo, o processo de restituição torna-se moroso, além de ter como condição a inexistência de registros em nome do(a) aluno(a) no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo - CADIN ESTADUAL".

Número Mínimo de Matriculados

Caso não seja atingido o número mínimo para viabilização financeira, o curso não será oferecido e os valores serão devolvidos aos interessados.

Programa do Curso

Módulo I – Interesses Difusos e Coletivos – Parte Geral

- Interesses transindividuais – Noções introdutórias;
- Evolução legislativa e bases constitucionais da tutela dos interesses difusos e coletivos;
- Interesses transindividuais no sistema brasileiro: interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;
- Ação Civil Pública: Teoria Geral;
- O sistema norte-americano de defesa dos interesses transindividuais;
- O controle judicial de políticas públicas: critérios e limites;
- Novo perfil constitucional do Ministério Público: negociação e mediação, e a postura resolutiva nos conflitos de massa.

Avaliação Teórica – aplicada logo após a última aula do módulo.

Módulo II - Interesses Difusos e Coletivos – Parte Especial

Submódulo 1 – Direito do Consumidor

- A sociedade de consumo e o papel do Estado;
- Introdução ao Direito do Consumidor. Tratamento constitucional da matéria;
- Conceitos: a) consumidor: em sentido estrito (art. 2º, caput, CDC) e por equiparação (arts. 2º, parágrafo único, 17 e 29, do CDC); b) fornecedor; c) produtor e serviços. Princípios fundamentais do CDC. Direitos básicos do consumidor e a atuação do Ministério Público na sua tutela;
- Tutela penal do consumidor (CDC e Lei nº 8.137/1990);
- Tutela civil (material) do consumidor. Responsabilidade civil do fornecedor pelos vícios e defeitos dos produtos e serviços. Responsabilidade civil objetiva do fornecedor. Decadência e prescrição. Responsabilidade civil dos profissionais liberais;
- Tutela civil (material) do consumidor. Proteção contratual do consumidor (condições gerais dos contratos, contrato de adesão e controle das cláusulas abusivas; princípios aplicáveis aos contratos de consumo);
- Tendências atuais do Direito do Consumidor: crédito ao consumo e proteção dos superendividados;
- Oferta e publicidade: deveres de informação e princípios da publicidade; controle legal da publicidade e autorregulamentação (normas do Código de Autorregulamentação Publicitária, do CONAR);
- Tendências atuais do Direito do Consumidor: comércio eletrônico e a necessidade de sua regulação. Projeto de reforma do CDC.

Submódulo 2 - Direito da Infância e da Juventude

- Direito da Criança e do Adolescente. Normativa Internacional. Teorias informadoras. Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. A Constituição da República e o Estatuto da Criança e do Adolescente: concepção, estrutura, direito e princípios fundamentais. Direito à vida, à dignidade e à saúde;
- Direito à convivência familiar e comunitária. Família natural. Direito ao reconhecimento do vínculo de filiação. Poder familiar. Atributos da extinção, perda e suspensão do poder familiar. Processo de perda ou suspensão do poder familiar;
- Família substituta. Considerações gerais. Adoção. Tutela e guarda. Procedimento de colocação em família substituta;
- Criança e Adolescente e ato infracional. Fundamentos. Medidas socioeducativas. Procedimento de apuração. Lei do SINASE;

- Atribuições do Ministério Público na área da Infância e da Juventude. Esfera cível. Interesses individuais, individuais homogêneos, coletivos e difusos e as relações jurídicas de direito material;

- Crimes contra a criança e ao adolescente;

AValiação TEÓRICA (4h) – aplicada logo após a última aula do módulo (Consumidor + Infância e Juventude).

Submódulo 3 – Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo

- Direito Ambiental Constitucional – Princípios;

- Política Nacional do Meio Ambiente. Princípios, objetivos e finalidades. Instrumentos da política nacional de meio ambiente. Estudo de Impacto Ambiental. Licenciamento ambiental. Sistema nacional do meio ambiente;

- Licenciamento ambiental;

- Política Nacional de Recursos Hídricos;

- Política Nacional de Resíduos Sólidos;

- Aspectos jurídicos da proteção ao patrimônio cultural;

- Aspectos jurídicos da proteção da flora. Código Florestal;

- Aspectos jurídicos do controle de poluição;

- Responsabilidade ambiental: penal, civil e administrativa;

- Aspectos constitucionais da Política Urbana. Função social da propriedade;

- Estatuto da Cidade. Plano Diretor e Estudo de Impacto de Vizinhança;

- Regularização fundiária;

- Uso de bens públicos (concessões, permissões). Afastamento de risco. Desapropriação e usucapião.

Submódulo 4 – Improbidade Administrativa

- Regramento infraconstitucional: Lei de Improbidade Administrativa. Conceito de moralidade administrativa e de improbidade administrativa. A defesa da probidade administrativa como um interesse difuso. Sujeitos do ato de improbidade. Cooperação jurídica internacional no âmbito da investigação de improbidade administrativa;

- Elemento subjetivo da conduta ímproba. Modalidades de improbidade administrativa. Enriquecimento ilícito. Atos lesivos ao erário. Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública;

- Providências cautelares. Indisponibilidade de bens. Sequestro. Afastamento do agente público do cargo, emprego ou função;

- Ação civil de improbidade administrativa. Competência. Legitimação. Pedido. Procedimento. Fase de admissibilidade da ação. Sentença: correlação entre pedido e sentença. Independência entre as instâncias. Coisa julgada. Prescrição;
 - Sanções: previsão normativa; correspondência com os tipos de improbidade; espécies. Aplicação das sanções. Parâmetros para a aplicação das sanções. Aplicação cumulativa das sanções. Julgamento “extra petita”. Concurso de condutas e conflito aparente de normas;
 - Lei Anticorrupção Empresarial. Aplicação da Lei 12.846/2013 no tempo e no espaço. Sujeitos do ato ilícito. Atos lesivos. Responsabilização administrativa. Acordo de Leniência. Responsabilização judicial. Harmonização entre a Lei Anticorrupção e a Lei de Improbidade Administrativa;
- AValiação TEÓRICA (4h) – aplicada logo após a última aula do módulo (Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo + Improbidade Administrativa).

Submódulo 5 – Direito à Saúde

- O Direito Sanitário, conceito jurídico de saúde; O SUS e seus princípios constitucionais; Lei Orgânica da Saúde e legislação sanitária básica; participação da comunidade e sistema de controle; vigilância sanitária e vigilância epidemiológica; complementariedade da iniciativa privada no SUS;
- Os níveis de atenção em saúde e a organização regionalizada em Redes de Atenção à Saúde (RAS); consensos Inter federativos e as Comissões Inter gestores Tripartite (CIT) e Bipartite (CIB); fluxo de atendimento e regulação de vagas;
- Financiamento do SUS; tipicidade das ações e serviços públicos de saúde e vinculação de recursos sanitários; Emendas Constitucionais nº 29/2000, 86/2015 e 95/2016; Lei Complementar nº 141/12; fundos de saúde;
- Políticas de assistência farmacêutica; Judicialização da saúde e medicamentos não padronizados; estratégias da indústria farmacêutica; políticas de saúde mental e a reforma psiquiátrica brasileira; as Redes de Atenção Psicossocial (RAPs); internações psiquiátricas voluntárias, involuntária e compulsória e tratamento ambulatorial; a “Cracolândia” da cidade de São Paulo.

Submódulo 6 - Direito à Educação

- A educação na Constituição federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Educação inclusiva. Bullying e a violência escolar;
- O Estatuto da Criança e do Adolescente e o direito à educação: o papel do Ministério Público no campo educacional;
- O Poder Judiciário e judicialização da qualidade da educação.

Submódulo 7 – Direitos Humanos

- A Declaração dos Direitos do Homem e os tratados internacionais de Direitos Humanos. Os direitos fundamentais na Constituição federal. Inclusão social;
- Igualdade racial. Discriminação racial e suas sanções;
- A proteção jurídica das mulheres.
- Os direitos dos idosos e as medidas necessárias ao seu efetivo exercício. O Estatuto do Idoso;
- Normas de proteção à pessoa com deficiência.

AValiação TEÓRICA (4h) – aplicada logo após a última aula do módulo (Saúde + Educação + Direitos Humanos).

Módulo III – Inquérito Civil e Ação Civil Pública e Outros Instrumentos de Tutela Coletiva

- Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta;
- Ação Civil Pública. Evolução histórica, peculiaridades e perspectivas. Princípios gerais do processo coletivo;
- Ação Civil Pública. Legitimidade e representatividade adequada. Litisconsórcio;
- Ação Civil Pública. Atos de disponibilidade: desistência e transação. Elementos objetivos da demanda: causa de pedir e pedido;
- Ação Civil Pública. Competência. Conexão, continência e litispendência;
- Ação Civil Pública. Prova: custos e ônus. Sentença. Recursos;
- Ação Civil Pública. Tutelas de urgência e de evidência;
- Ação Civil Pública. Coisa julgada;
- Ação Civil Pública. Liquidação. Execução. Fundo de Direitos Difusos Lesados;
- Ações constitucionais de controle concentrado de constitucionalidade;
- Ação Popular;
- Mandado de Segurança Coletivo;
- Mandado de Injunção;
- Interações entre o Novo CPC e o Processo Coletivo;
- Audiências Públicas.

Avaliação Teórica Final (4h) – aplicada logo após a última aula do módulo

Módulo IV – Metodologia e Didática do Ensino Superior

- Conhecimento, Modos de Conhecer o Mundo, o Conhecimento Científico e a Ciência do Direito;
- Pesquisa, Pesquisa Acadêmica, Etapas da Pesquisa: escolha do tema, levantamento de dados, elaboração do Projeto de Pesquisa e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;
- Projeto de Pesquisa I: tema, delimitação do tema, problema hipóteses e justificativa;
- Projeto de Pesquisa II: Objetivos, Metodologia, Referencial Teórico e Sumário Provisório;
- Oficina de Projeto de Pesquisa;
- Pesquisa Teórica: Bibliográfica, Legislação, Histórica, Direito Comparado;
- Pesquisa Empírica: Jurisprudência, Estudo de caso, Entrevistas e Bancos de Dados;
- Artigo Científico: Componentes, Resumo, Introdução, Desenvolvimento, Conclusão e Referências;
- Redação e Normas para a apresentação de trabalhos científicos de acordo com a ABNT;
- A importância da pesquisa e a Educação Superior no País;
- Diretrizes Curriculares e o ensino jurídico em novo contexto: globalização, pluralismo jurídico e ativismo judicial;
- Diretrizes Curriculares: Eixos de Formação, Disciplinas, Atividades Complementares;
- Diretrizes Curriculares: Pesquisa, Extensão e Núcleo de Prática Jurídica;
- Didática aplicada ao Ensino do Direito: Plano de Ensino e Metodologias de Aula,
- Didática aplicada ao Ensino do Direito: Avaliação.

Atividades de Educação à Distância 82h

Temas complementares relacionados ao conteúdo programático dos Módulos

Orientação de Trabalho de Conclusão do Curso 8h

Quatro encontros de 2h a serem agendados ao após o término das aulas presenciais.

Mais Informações

Pelo telefone: (11) 3119-9442 ou pelo e-mail esmp-secretaria@mpsp.mp.br

Coordenação Geral

TATIANA VIGGIANI BICUDO

Doutora em Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade São Paulo
Procuradora de Justiça do MPSP
Diretora do CEAF-ESMP

Coordenação Acadêmica

ANDRÉ PASCOAL DA SILVA

Doutorando pela Universidade São Paulo
Promotor de Justiça do MPSP
Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/4597455332704031>

REYNALDO MAPELLI JÚNIOR

Doutor em Ciências pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
Promotor de Justiça MPSP
Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/0689174932873818>

TATIANA VIGGIANI BICUDO

Doutora em Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade São Paulo
Procuradora de Justiça do MPSP
Diretora do CEAF-ESMP

Realização

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público de São Paulo